



Agricultura Familiar:

Pesquisa, Formação e Desenvolvimento

RAF. v.17, nº 01 / jan-jun 2023, ISSN 1414-0810 / E-ISSN 2675-7710

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E PRODUÇÃO NOS TERRITÓRIOS RURAIS: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DA REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR PESQUISA, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

THE ORGANIZATION OF WORK AND PRODUCTION IN RURAL TERRITORIES: AN ANALYSIS OF RESEARCH FROM THE REVISTA AGRICULTURA FAMILIAR RESEARCH, TRAINING AND DEVELOPMENT

Tiago Corrêa Saboia, Doutorando, PPGAA-UFPA, tsaboia@ufpa.br;

Richelly de Nazaré Lima da Costa, Mestra, PTDSA-UNIFESSPA, limacostarn@gmail.com;

Anael Souza Nascimento, Doutora, PPGAA-UFPA, eng.anael@gmail.com;

Resumo

Este estudo tem como objetivo analisar aspectos referentes à organização do trabalho e da produção nos territórios rurais e o papel das mulheres, a partir do levantamento da produção científica publicada na Revista Agricultura Familiar pesquisa, formação e desenvolvimento. Para isso, foi realizado a busca na base de dados da revista a partir de três descritores: “manejo de recursos”, “políticas públicas” e “mulheres”. Na etapa de busca foram considerados todos os volumes publicados entre os anos 1996 e 2021. A busca resultou em um total de 51 artigos de pesquisa referente aos descritores utilizados. Destes, foram selecionados 21 artigos que estavam alinhados com perspectiva de análise apresentada no presente estudo. A análise dos artigos fornece importantes elementos de discussão teóricos e, principalmente, práticos para construir compreensões acerca das diferentes estratégias de organização do trabalho e produção voltados à geração de autonomia da gestão da vida nos territórios rurais, dentre os quais, o trabalho coletivo configura como uma iniciativa para a superação das dificuldades impostas pelo capital.

Palavras-chave

Estado da arte. Políticas públicas. Manejo. Mulheres.

Abstract

This study seeks to analyze aspects relating to the organization of work and production in rural territories and the role of women, based on a survey of scientific literature published in the journal “*Agricultura Familiar pesquisa, formação e desenvolvimento*.” To do so, we conducted an analysis of the journal’s database using three keywords: “resource management”, “public policies” and “women”. The inquiry included all volumes published between 1996 and 2021. The search resulted in a total of 51 research articles relating to the above keywords. Of these, 21 articles were selected that align with this study’s objectives. The analysis provides important elements for theoretical and, above all, practical discussions to forge insights into the different strategies for organizing work and production and autonomy in rural territories, among which collective work is an initiative for overcoming the difficulties imposed by capitalistic frameworks.

Keywords

Current work. Public policies. Management. Women.

INTRODUÇÃO

Estudos envolvendo debates acerca das estratégias de organização do trabalho e da produção no contexto dos territórios rurais são importantes para compreensão da agricultura familiar a partir de uma perspectiva sócio produtiva. Nesse sentido, a ação coletiva tem como objeto as relações de trabalho no ambiente rural, é um desafio, visto que se trata de iniciativas complexas, mas passíveis de serem exercidas (Ostrom, 1990, Freeny *et al.*, 2001). Para tanto, é válido adentrarmos na esfera acadêmica que procura explicar distintas realidades, nos fornecendo elementos para interpretar as dinâmicas de trabalho na agricultura familiar.

No bojo dessas discussões, a partir do Estudo da arte, busca-se apresentar as contribuições das pesquisas científicas para a compreensão das estratégias de organização do trabalho e produção voltados à geração de autonomia da gestão da vida no território. Dessa forma, torna-se essencial buscar a articulação e a vinculação da discussão do trabalho nesses territórios com a discussão acerca das contribuições e limites das políticas públicas para o campo, do debate acerca do manejo de recursos e o papel das mulheres no trabalho nesses territórios.

Nesse sentido, tais discussões contribuem no debate para pensar as múltiplas relações das agriculturas de base familiar com o mercado sem afastá-las das características que vinculam o trabalho na terra à elementos da memória, tradição e identidades.

METODOLOGIA

Esse estudo caracteriza-se por uma pesquisa de cunho bibliográfico do tipo estado da arte do conhecimento de natureza qualitativa e analítica (Ferreira, 2002; Romanowski, Ens, 2006).

Para a construção do *corpus* de dados desse estudo, foi utilizada a base de dados do site da Revista Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento (RAF). A revista é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da Universidade Federal do Pará e tem como linhas de debate a sustentabilidade da Agricultura Familiar no território amazônico, bem como, discutir dinâmicas econômicas e socioambientais da agricultura familiar. Atualmente a RAF conta com 15 volumes publicados referente ao período de 1996 até 2021, totalizando 120 artigos de pesquisas científicas publicadas (Tabela 1).



Tabela 1: Volume de publicações da RAF no período de de 1996 até 2021

Ano	Volume/ número	Título	Nº de pesquisas
1996	v. 1, n. 1	Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e desenvolvimento	8
2000	v. 1, n. 2	A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia - Nordeste)	5
2002	v. 1, n. 3	A Construção Local dos Territórios da Agricultura Familiar (Amazônia Oriental)	6
2004	v. 4, n. 4	Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da Agricultura Familiar	14
2008	n. 5-8	Sem título	6
2009	n. 9	Sem título	6
2014	n. 10	Processos de Inovação Camponesa	6
2017	v. 11, n. 1	Indicadores multidimensionais e avaliação de agroecossistemas familiares: adaptação e aplicação do MESMIS em território brasileiro.	11
	v. 11, n. 2	Resistência de povos tradicionais	7
2018	v. 12, n. 1	Natureza, Agriculturas e Artes	8
	v. 12, n. 2	Sem título	6
2019	v. 13, n. 1	Sem título	6
	v. 13, n. 2	Sem título	12
2019	v. 14, n. 1	Sem título	9
	v. 14, n. 2	Sem título	9
2021	v. 15, n. 1	Dossiê - Alimentação escolar na América Latina: desafios contemporâneos	10
	v. 15, n. 2	Sem título	10
Total de artigos de pesquisa da revista			120

Fonte: Produzido a partir da base de dados da RAF.

Afim de evidenciar um panorama geral das pesquisas relacionados à organização do trabalho e da produção em territórios rurais suas tendências e suas principais considerações, optou-se pela utilização de três *descritores* para a busca na base de dados da RAF: i) *manejo de recursos*, ii) *políticas públicas* e iii) *mulheres*. Os descritores utilizados dialogam diretamente com a temática em questão e constituem-se elementos de grande importância no debate acerca da sustentabilidade e das dinâmicas sociais, econômicas e ambientais na Amazônia. Após a busca por meio dos descritores, realizou-se a etapa de pré-análise dos artigos na qual se avaliou, por meio dos títulos e resumos, se as pesquisas se alinhavam com os objetivos do presente estudo. Foram selecionados



artigos que dialogavam com estratégias de otimização das relações da agricultura familiar, privilegiando iniciativas de organização do trabalho e produção de forma coletiva. A busca na base de dados da revista a partir dos descritores resultou em 51 artigos e a partir destes foram selecionados 21 artigos, representando 17,5% do total das pesquisas publicadas pela RAF.

Na Tabela 2 é apresentado o quantitativo de artigos do resultado da busca na base de dados, bem como, o total de artigos resultado da etapa de pré-análise. Após a pré-análise seguiu-se a leitura de todos os artigos na íntegra com o objetivo de extrair informações referente ao contexto da pesquisa, tais como local no qual ela foi realizada e os atores envolvidos, bem como, as análises e implicações do contexto pesquisado para compreensão da organização do trabalho e da produção nos territórios rurais.

Tabela 2: Quantitativo de artigos de pesquisa por descritor.

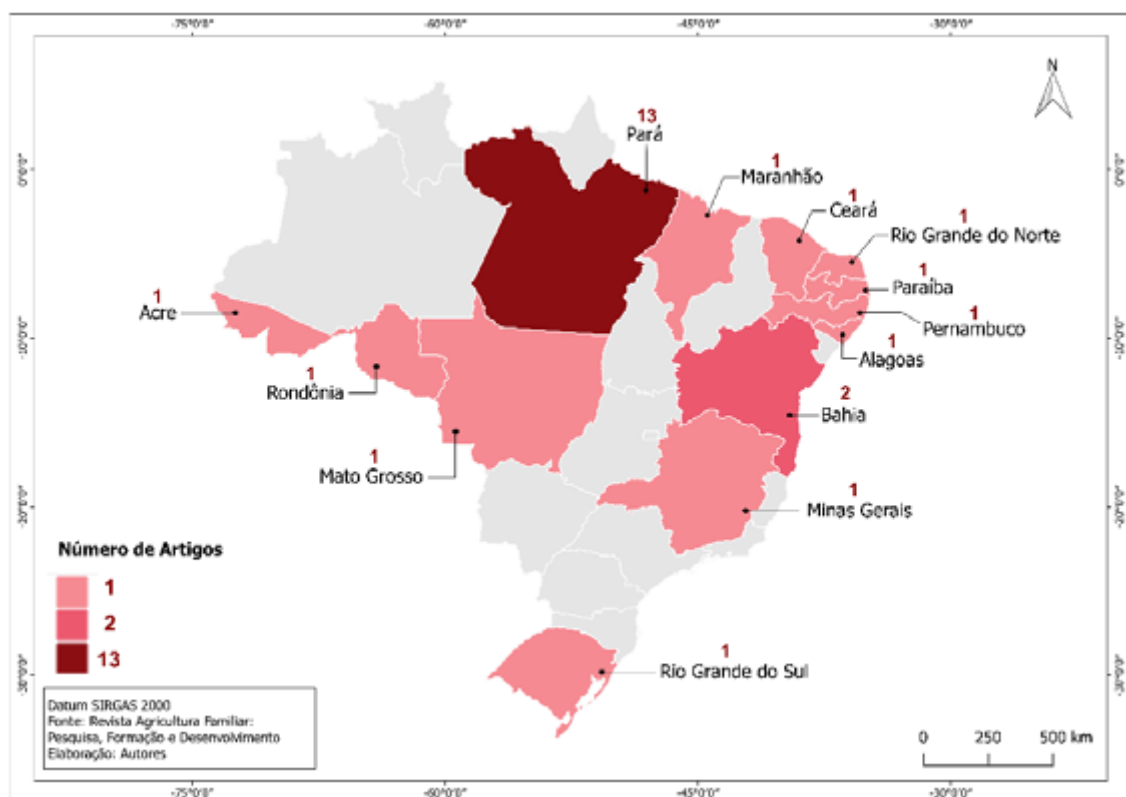
Descritor	Resultado da busca	Pré-análise
Manejo	19	6
Políticas públicas	24	9
Mulheres	8	6
Total	51	21

Fonte: Organizado a partir da base de dados da RAF.

Sobre os artigos analisados, importante destacar os diferentes contextos os quais as pesquisas foram desenvolvidas. Dos vinte e um (21) artigos selecionados na pré-análise, doze (12) são de pesquisas realizadas no Estado do Pará, quatro (4) de pesquisas realizadas na região nordeste do país (Maranhão, Bahia, Ceará), um (1) no centro-oeste (Mato Grosso) e uma (1) pesquisa na região sudeste (Minas Gerais).

A diversidade de contextos de pesquisa é fundamental para contribuir com os debates acerca da agricultura familiar a partir das diferenças regionais que marcam as relações sociais, culturais, ambientais e políticas em nosso país.

Figura 1 - Mapa com os locais de pesquisa dos artigos selecionados para análise.



Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da RAF.

CARACTERIZANDO ALGUMAS EXPERIÊNCIAS ACERCA DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO:

Neste tópico serão analisados os contextos de pesquisa dos artigos que buscaram discutir temáticas relacionadas ao manejo de recursos, políticas públicas e sobre a participação das mulheres na organização trabalho nos territórios rurais.

MANEJO COLETIVO DE RECURSOS

A pesquisa buscou contribuir para o conhecimento das práticas de manejo coletivo dos recursos naturais nos 6 (seis) artigos encontrados no banco de dados da Revista de “Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento”. Nestes puderam ser identificadas iniciativas de manejo que estão em andamento, algumas obtendo mais sucesso que outras, mas todas no processo de construção/readaptação. Em relação ao descritor manejo coletivo a análise pauta-se nos fatores que motivam ou impossibilitam o

efetivo sucesso de extrativistas, pescadores e agricultores familiares em gerir os recursos naturais dos territórios as quais pertencem. De modo geral, os artigos abordam a relação que se tem entre instituições governamentais e moradores locais, sejam estas prósperas ou não.

No artigo de Ferreira (2017), que trata das dinâmicas da pesca na Reserva Extrativismo Marinha Caeté – Taperaçu - PA, a discussão é pautada nos problemas de manejo que a Resex tem encontrado, sobretudo devido os conflitos de apropriação do recurso pesqueiro a partir de relações/conexões sociais indesejadas (pescadores externos) no território. À princípio o texto aborda as dimensões implicadas na institucionalização da Resex e os direitos de ter um território reservado. Entre rios e mangues, são cerca de 42 mil hectares de área, que possuem regras tradicionais, as quais não estão escritas, mas que obedecem a um código de ética local em relação aos recursos naturais. No entanto, a expansão da pesca na localidade trouxe muitos conflitos haja visto que a atividade não é mais apenas executada por pescadores locais, outros atores sociais como, pescadores externos e grandes empresas começaram a explorar o recurso pesqueiro, acarretando em uma rápida diminuição da oferta de peixes. Atrelado a todas essas questões um dos maiores desafios está na organização participativa que faça sentido aos sujeitos sociais do território. Para garantir o controle sobre fatores externos, a atuação do Estado se articula de maneira fundamental, conforme abordado por Ostrom (1990).

A falha em não se ter um plano de manejo oficial e que atenda as realidades, ainda é uma lacuna na Resex, mais do que se ter um instrumento diretor, é preciso fortalecer a participação política formal que dialogue com os saberes, para que esses apontem para áreas mais frequentes de pesca, tipos de peixes e mariscos, apetrechos utilizados, ciclos lunares e de marés, necessidade de ajustes na organização social e etc. As populações locais conseguem fazer uma gestão dos recursos da pesca dentro da Reserva, no entanto, em se tratando de pescadores de fora o controle ao acesso a lugares livres fica mais difícil, pois são questões que remetem a recursos móveis (peixes e mariscos) que interessam a toda coletividade. Por se tratar de gestão compartilhada entre Estado (ICMBio) e a Associação local (ASSUREMACATA), muitos são os questionamentos de como essas instâncias podem defender os interesses coletivos.

Seguindo nessa mesma perspectiva temos o artigo de Tavares e Dias (2014), que analisa as modalidades de uso pesqueiros e os conflitos socioambientais existentes na



comunidade Pacuí de Baixo – Cametá – PA, e sua relação com os acordos de pesca, até então uma das principais estratégias de gestão. As queixas dos moradores locais quanto a diminuição da disponibilidade dos recursos iniciara bem antes da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) na década de 80, pois a sobrepesca vinha sendo recorrente e com o grande projeto da UHT o problema ficou ainda mais acentuado. O comprometimento do meio ambiente ameaça diretamente a qualidade de vida das populações locais, pois em geral a biodiversidade é fonte de alimentação e renda.

Para tentar minimizar a problemática da descentralização da pesca e do modelo industrial que vinha se instaurando e afetando a comunidade, iniciativas foram tomadas primeiramente pelos próprios moradores, os quais usaram como estratégias acordos de pesca ou também chamados de acordos de preservação. Para o fortalecimento dessas regras, pescadores e instituições como o IBAMA apontaram normas de acesso, proibições de técnicas de pesca e divisão do recurso, estabelecendo assim formas participativas de manejo. Diferente da Resex Caeté – Taperaçu que possui algumas regras não escrita e sem plano de manejo, a comunidade Pacuí de Baixo tem construído um acordo que não é apenas para ser uma regulamentação, mas sim um sistema de gestão flexibilizado através de fóruns, tomadas de decisões, reuniões que atendam a cogestão entre IBAMA, ONGs e colônias de pescadores e incorporem aspectos sociais, culturais e econômicos.

Em contrapartida, durante a implementação do acordo de pesca em Pacuí de Baixo houve um período de crise, pois o receio de ficar sem o peixe ou se prejudicar com o “controle” do recurso era alto, o que gerou o efeito inverso ao objetivo do acordo de pesca, já que muitos ficaram estimulados a pescar mais e criou-se uma tensão, pois não respeitavam as regras construídas localmente. Todo o conflito instaurado durante o período de implementação do acordo gerou fragilidades e uma maior cobrança para o funcionamento dos órgãos de fiscalização e conscientização. A trama social continuou, mas também fez com que pescadores envolvidos se fortalecessem na organização e cooperação. Ostrom (1990) apresenta princípios fundamentais para o fortalecimento de instituições voltadas à gestão de Recursos Naturais (RN). Estes princípios, fundamentados em sua extensa pesquisa sobre os modelos de governança, oferecem diretrizes valiosas para a promoção da sustentabilidade e eficácia na administração de recursos compartilhados.

Os princípios propostos por Ostrom (1990) destacam a importância de estruturas institucionais que promovam a participação ativa dos envolvidos na tomada de



decisões relacionadas aos recursos naturais. Ela enfatiza a necessidade de considerar as particularidades locais e envolver as comunidades diretamente afetadas, reconhecendo que soluções eficazes muitas vezes emanam do conhecimento e envolvimento das partes interessadas locais.

O extrativismo animal praticado por diversos grupos sociais possui uma característica central, na qual o usufruto do recurso deve ser garantido a todos pertencentes do território ou de territórios vizinhos que estejam dentro dos acordos ou dos modos de vida representativos do local. Nesse sentido, são criadas regras e práticas sociais que corroborem com a dinâmica que é passada de geração em geração através da oralidade. No artigo de Pinto (2004), que discute a análise de incentivos institucionais no manejo participativo da fauna silvestre, sendo mais específico o caso do projeto Pé de Pincha, que visa assegurar o manejo extensivo de quelônios aquáticos em Terra Santa – PA, recurso primordial para as populações tradicionais, pois garante renda e é fonte de alimentação. O caso de Terra Santa, assim como o de Bragança e Cametá, vislumbrou chegar no acordo que discipline quanto ao uso coletivo dos pescados. O projeto “Pé de pincha” em apoio de ONGs, da prefeitura local, dos pescadores e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) visava um acordo usando estratégias da educação ambiental e adotando regras que disciplinem o consumo e ainda procurem atender à necessidade dos grupos locais que tenham menor grau de desenvolvimento de atividades econômicas, que não seja em relação aos quelônios. As regras internas nas comunidades vão do manejo participativo, fiscalização, preservação, saneamento básico, saúde e coleta de lixo.

É perceptível que as fragilidades são muito parecidas entre os artigos, o estabelecimento da cogestão enfrenta crises por não ter algumas definições claras de quem pode efetivamente fiscalizar e de que modo atuar. Não existe uma estratégia de negociação formada e a repreensão em casos de descumprimento de regras sejam elas internas ou advindos de acordos formalizados não ultrapassam a advertência oral, na qual é explicada que o recurso deve ser usado com parcimônia, pois deles dependem para se reproduzir social, cultural e economicamente.

O artigo sobre manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira de Manuel Neto (2004), discorre sobre a participação e valorização dos saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos que ocorreram em Marabá – PA, Porto Dias – Ac e Rio Cautário – RO. As comunidades pertencentes ao projeto piloto de manejo possuem uma



organização social que culmina no uso sustentável dos recursos florestais, pois há grande preocupação em torno da alta atividade madeireira na região, por impactar negativamente o meio ambiente e estarem a margem da legislação florestal. O interesse acerca do recurso florestal disponível no território faz com que madeireiros tenham contato direto com os comunitários da região, em troca da madeira oferecem infraestruturas básicas como estradas, por exemplo. Portanto, essas relações são desfavoráveis ao grupo social local. A partir dessa recorrente exploração uma parceria foi criada entre organizações não governamentais e comunitários afim de criarem estratégias de conservação, e também como forma de pressionar o governo a criar um plano de manejo coletivo entre ribeirinhos, seringueiros e indígenas.

No caso do manejo florestal comunitário em Marabá - PA (3 comunidades), Assentamento Extrativista Porto Dias – AC e Reserva Extrativista do Rio Cautário - RO, os saberes locais não têm sido potencializados da forma que os grupos gostariam e afirmaram que apenas as questões técnicas e financeiras têm se sobressaído. Esses fatos acabam gerando desafios eminentemente sociais que precisam ser superados para não colocar em risco a sustentabilidade do projeto. Por isso, na discussão do artigo trata-se de exemplificar que as relações entre os interessados necessitam ser mais democráticas como conciliar os interesses dos envolvidos, a maior participação dos grupos locais em todas as fases do plano de manejo (elaboração, planejamento e avaliação das atividades), gestão dos recursos de acordo com as particularidades locais e o estabelecimento de mecanismos de gestão de conflitos na divisão de tarefas e benefícios. Dessa forma, haveria uma redução nas dificuldades de resultados a curto-médio prazo.

No artigo de Albadalejo e Veiga (2002), os autores discutem a questão das condições de implementação de uma gestão concertada dos recursos naturais na Amazônia Oriental, onde o projeto de manejo florestal é organizado por agricultores familiares e financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, apoiado por professores da Universidade Federal do Pará e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá – PA. A abordagem de “gestão concertada de recursos” no projeto PDA, mostra que a inserção de técnicos, pesquisadores e agricultores no mesmo processo, implicou em coletas, análises e experiências empíricas singulares. E a partir daí conseguem fazer uma crítica ao modelo de desenvolvimento sustentável, pois é necessário ultrapassar as barreiras da insensibilidade e mostrar uma maior preocupação na viabilidade e execução do projeto dentro das realidades vivenciadas



no território. As condições precisam cerca-se de abordagens complementares para medir os contextos de violências e dominação nessa dinâmica social, para que assim consigam projetar a utilização dos recursos da natureza. O PDA seguiu ainda mostrando “defeitos” ao longo da trajetória sobretudo na deliberação participativa, mas que aos poucos foi mostrando capacidades adaptativas e novas relações foram sendo construídas, pois agora a própria comunidade consegue tomar decisões frente a “estranhos (técnicos)”.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR: SOBRE O QUE TRATAM AS PESQUISAS?

Até meados da década de 1990 a formulação de políticas públicas para a agricultura familiar com a sua diversidade cultural, social e econômica foi negligenciada em vistas à modernização da estrutura de produção agropecuária para atender demandas de mercado (Silva, 2012). Nesse sentido, no contexto dos modos de viver e produzir nos territórios rurais, o debate acerca do tema das políticas públicas torna-se extremamente relevante porque inclui na discussão o papel do Estado enquanto agente da garantia da cidadania. Considerar as formas de agir do Estado na organização do trabalho não significa reduzir os protagonismos das populações nesses territórios. Pelo contrário, é o reconhecimento da importância das políticas sociais na ampliação das lutas pela garantia da autonomia da vida nos territórios cuja as economias são fortemente caracterizadas por atividades rurais.

A busca realizada no banco de dados da revista a partir do descritor “política pública” relacionou um total de vinte e quatro (24) artigos. Após a pré-análise dos materiais, foram excluídas pesquisas que não tratassem diretamente sobre políticas públicas no contexto prático da organização da produção e do trabalho na agricultura familiar. A partir disso, foram selecionados 9 artigos organizados em quatro sub-categorias quanto a natureza da análise realizada na pesquisa: i) contexto de implementação; ii) Análise de impacto; iii) Análise de decisões e iv) Análise acerca da agenda política. A tabela 3 apresenta um panorama geral dos artigos acerca de temáticas relacionadas à políticas públicas que foram selecionados para este estudo.

Tabela 3: Síntese das informações nas pesquisas selecionadas após a pré-análise.

Subcategorias	Tema	Ano	Autores	Local da pesquisa
---------------	------	-----	---------	-------------------

Contexto de implementação	Programa Nacional de Alimentação Escolar	2021	Juliana Santos Mota, Daniele Wagner Silva, Daniela Pauletto	Santarém, PA
			Tanice Andreatta, Requiele Martins, Simone Bueno Camara, Elisangela Gelatti	Panambi-RS
			Isameriliam Rosalem Pereira da Silva, Andréa das Graças Ferreira Frazão, Ivanira Amaral Dias, Marcos Valério Santos da Silva, Claudia Daniele Tavares Dutra, Paula Valente Leão, Marcieni Ataíde Andrade	Nordeste paraense
Análise de impacto	PRONAF	2019	Maria Suzane Lavareda Oliveira, Luís Mauro Santos Silva	Tomé Açu – Pará
		2008	Luis Mauro Santos Silva, Sérgio Roberto Martins	Sudeste do Pará
		2019	Rejane Beatriz Mendes, Renato Linhares de Assis	Barão dos Cocais – MG
Participação em decisões		1996	Eric Sabourin, Pedro Carlos Gama da Silva, Patrick Caron	Juazeiro e Pintadas-BA e Tauá-CE

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da RAF

Sobre os artigos que discutem o contexto de implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar destacam-se as pesquisas acerca do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

As pesquisas de Mota *et al.* (2021), Andreatta *et al.* (2021) e Rousalem *et al.* (2021) foram publicadas no Dossiê *Alimentação escolar na América Latina: desafios contemporâneos* evidenciando a importância de discutir e problematizar do ponto de vista teórico, mas principalmente empírico, as políticas públicas que dizem respeito à agricultura familiar. As pesquisas trazem para o diálogo as potencialidades e limitações do PNAE em três diferentes contextos, mas que em linhas gerais apontam para as mesmas dificuldades de implementação. Tais dificuldades estão relacionadas a problemas de infraestrutura e transporte das mercadorias mesmo quando os arranjos institucionais se mostraram mais fortalecidos, como é o caso do contexto investigado por Andreatta *et al.* (2021) no Estado



do Rio Grande do Sul.

Sobre os arranjos institucionais, Andreatta *et al.* (2021) relatam a participação de 32 famílias vinculadas a Associação de Agroindústrias Familiares de Panambi (AGRIFAMI) que fornecem produtos para o Programa. Para que seja possível essa ampla participação, os autores destacam o papel fundamental da EMATER-RS, do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR-RS) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) na prestação de suporte técnico e organizacional para que os agricultores conseguissem acessar os mercados institucionais. A participação dos agricultores no contexto investigado mostra-se tão efetiva a ponto de os participantes mencionarem que o valor de R\$ 20.000,00 como valor máximo a ser comercializado por Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) poderia ser ampliado.

Resultados semelhantes foram encontrados por Mendes e Assis (2019). Os autores também destacam a importância da assistência técnica e extensão rural via EMATER-MG na promoção do acesso às políticas públicas dos diferentes níveis (federal, estadual e municipal) tais como: PAA, PNAE, PRONAF e o Programa Minas Sem Fome (MSF). As possibilidades de comercialização relacionadas com o acesso aos mercados institucionais têm gerado melhorias na qualidade de vida aos agricultores familiares, vínculos associativos e até mesmo o retorno desses familiares a atividade agrícola.

Por outro lado, as pesquisas de Mota *et al.* (2021) e Rousalem *et al.* (2021) evidenciam problemas na constituição dos arranjos institucionais e, conseqüentemente, maiores dificuldades da participação dos agricultores. A falta de articulação e diálogo entre os atores do processo e a pouca oferta de capacitações são consideradas pelos agricultores como importantes dificuldades enfrentadas.

Sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) as pesquisas de Silva e Martins (2008) e Lavareda e Silva (2019) discutem de que forma o programa afetou a sustentabilidade dos agroecossistemas familiares nas regiões nordeste e sudoeste paraense.

Silva e Martins (2008) destacam a polissemia em torno do conceito de sustentabilidade assumida, inclusive, pelo Governo Federal. Nos documentos oficiais é possível perceber que compreensões pouco claras no que diz respeito a ideia de sustentabilidade e crescimento e, por vezes, o viés econômico mostra-se acima de demandas sociais e ambientais. A partir disso, apresentam uma análise aprofundada



acerca do acesso aos recursos do PRONAF comparando as diferentes regiões do Brasil, tamanho dos estabelecimentos e o processo de regularização fundiária. Destacam que naquela conjuntura, para que fosse possível conhecer os efeitos de políticas públicas como o PRONAF seria necessário compreender os seus impactos ou a partir de uma perspectiva econômica ou a partir de uma noção multidimensional. Na primeira, restringe-se a agricultura familiar às demandas de mercado, em contraste, na segunda o econômico é atrelado à aspectos sociais e ambientais na diversidade de agriculturas familiares.

O contraste apresentado por Silva e Martins (2008) é o ponto de análise central da pesquisa realizada por Lavareda e Silva (2019) na qual avaliaram a sustentabilidade em agroecossistemas que utilizaram a linha de crédito e agrossistemas que não acessaram nenhum tipo de financiamento. De modo geral, famílias que acessaram a linha de crédito conseguiram melhores resultados em termos de sustentabilidade em função da diversificação da produção, sendo os SAF'S a principal estratégia nesse sentido. No entanto, os autores destacam a contradição interna na concepção da política pública, uma vez que, linhas de crédito específicas incentivam a implementação de monocultivos em uma lógica voltada a mercados, como é o caso do PRONAF dendê.

As pesquisas apresentadas reforçam a importância do trabalho coletivo e do fortalecimento dos arranjos institucionais como estratégia de organização dos processos sócio produtivos na agricultura de base familiar. O acesso dos agricultores às políticas públicas de apoio e desenvolvimento da agricultura familiar mostrou-se mais efetivo quanto mais forte fossem os vínculos entre os atores envolvidos. Nesse sentido, Sabourin *et al.* (1996) destacam que a condição de organização dos produtores, a parceria e alianças firmadas, bem como, os espaços de participação para a tomada de decisões sobre o planejamento em políticas de desenvolvimento municipais são elementos fundamentais para alinhar os interesses coletivos.

Desta forma, mesmo que políticas públicas incentivem e promovam a participação das famílias em diferentes mercados para a geração de renda, os agentes públicos devem levar em consideração que a organização e reprodução social, política e econômica da agricultura familiar é compreendida e realizada enquanto modo vida e não meramente como padrão produtivo (Ghizelini, Araguão, 2019).

PARTICIPAÇÃO E IMPORTÂNCIA DAS MULHERES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO RURAL

No Brasil a agricultura de base familiar é responsável por cerca de 38% do valor bruto da produção de alimentos no país (Schneider, Silva, 2010). Dada essa importância, torna-se fundamental a compreensão da agricultura familiar como o estudo da família, pois é ela o núcleo das relações sociais que são construídas em torno da organização do trabalho e da produção. Nesse contexto de produção familiar o papel desempenhado pelas mulheres tem ganhado cada vez mais espaço nas pesquisas acadêmicas que buscam compreender a complexa rede de inter-relações que marcam os diferentes territórios rurais e, assim, compreender o que cerca esse cenário, o que contribui ou se destaca como obstáculo para gestão e autonomia de vida (Schneider, Silva, 2010).

Com o objetivo de fazer levantamento acerca das pesquisas que tratam sobre o trabalho das mulheres nos territórios rurais, optou-se pela utilização do descritor “mulheres” na ferramenta de busca do banco de dados da RAF. A etapa de busca a partir do descritor resultou em oito (8) artigos de pesquisa, dos quais, seis (6) foram selecionados após a pré-análise. Os artigos analisados apresentam relatos de pesquisa em diferentes regiões do estado do Pará e também, em estados da região Nordeste do Brasil (Tabela 4).

Tabela 4: Síntese das informações das pesquisas selecionadas após a pré-análise.

Elementos de análise	Ano	Autores	Local da pesquisa
Pluriatividades	2020	Marcelo Rodrigues Lopes, Monique Medeiros, Andréia Tecchio	Cametá-PA
	2019	Adrielly Albuquerque da Silva, Angela May Steward	Belém-PA
Geração de renda	2019	Maria Cristina Cordeiro Lopes Pontes, Angela May Steward	Moju-PA
Reprodução da tradição oral	2018	Délcia Pereira Pombo, Josebel Akel Fare	Ilha do Marajó-PA
	2008	Dalva Maria da Mota, Heribert Schimtz, Josué Francisco da Silva Júnior, Thiara Fernandes	Bahia, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pará
Empoderamento Político	2004	Maria Regina Teixeira da Rocha	Região Médio Mearim-MA

Fonte: Elaborado a partir do banco de dados da RAF

As pesquisas que abordam o trabalho das mulheres nos territórios rurais convergem, principalmente, para discussões em torno da pluriatividade, sobre a importância na geração e complementação de renda, sobre o papel na reprodução da tradição oral e sobre empoderamento político. Tais elementos de convergência serão o fio condutor na análise discursiva desenvolvida neste tópico buscando o diálogo entre os estudos apresentados.

A pluriatividade marca frequentemente as discussões em torno do trabalho das mulheres. Silva e Steward (2019) em uma pesquisa realizada com mulheres da Ilha do Combu - Pará, identificam que as mulheres atuam no trabalho doméstico, em atividades rurais e atuação no turismo local atuando em trabalhos diversos em restaurantes locais, sem garantias previdenciárias. Além disso, situa que a pluriatividade costuma envolver as gerações com a transmissão das diferentes formas de trabalho das mães para as filhas.

As autoras descrevem a transformação do espaço rural incluindo a mulher em atividades anteriormente desempenhadas por homens, como atuação em toda a cadeia do açaí. Entretanto, mesmo contribuindo na composição econômica do grupo familiar, seu trabalho ainda é visto como “ajuda” ou “fora da atribuição” e mesmo diante desse novo momento, sua atuação ainda é invisibilizada. Um dos pontos fundamentais abordados na pesquisa, é a ausência de participação dessas mulheres em espaços de politização, como reuniões e associações, fato que contribui para a invisibilidade de seu trabalho.

Pontes e Steward (2019) encontraram resultados semelhantes em seu estudo realizado no contexto da mulher quilombola em Moju-Miri. A pesquisa descreve a pluriatividade das mulheres, operando nas tarefas domésticas, comércio local, instituições, como escola, posto de saúde, produção agrícola, como forma de complementação de renda. Mesmo participando ativamente das atividades produtivas, as mulheres apenas se identificam como responsáveis pelas suas propriedades e produção quando são mães solteiras ou na ausência da figura masculina na família, evidenciando a forte influência do patriarcado.

Em diálogo com o estudo de Silva e Steward (2019), o artigo de Pontes e Steward (2019) evidencia que o fortalecimento político e a ação coletiva por meio da participação de associações, por exemplo, mostra-se como uma possível estratégia para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho dessas mulheres.

Trazendo exemplos factíveis, temos o estudo de Rocha (2004) que expõe o empoderamento da mulher através de lutas políticas e pelo território, fato que reverbera



diretamente sobre sua visibilidade diante da reprodução social e econômica do grupo familiar. O estudo demonstra que as mulheres ganham visibilidade quando assumem papel considerado masculino, como participação em reuniões, etc. Essa luta política protagonizada pelas mulheres, por considerarem os babaçus como bem comum, repercutiu diretamente sobre a reprodução social, política e econômica de suas famílias. A partir desse movimento elas conseguem organizar instrumentos para qualificação da produção, como associação, cooperativas, clube de mães, etc. Diante da necessidade de buscar alternativas econômicas, se debruçam sobre o manejo de roças orgânicas, atribuindo à terra um instrumento de sobrevivência e reprodução social e praticando manejo sustentável. No estudo, podemos perceber o quanto o empoderamento político é fundamental para a organização do trabalho e superação da invisibilidade do trabalho das mulheres rurais, pois reflete sobre a geração de renda familiar, reprodução social e práticas sustentáveis dos recursos naturais.

O protagonismo de atuação da mulher frente a organização do trabalho rural e geração de renda também é visto no estudo de Mota *et al.* (2008). Os autores situam o extrativismo da mangaba como uma atividade associada às mulheres devido a fatores econômicos, de sazonalidade e da delicadeza do manejo. Tais características impõem ao homem certo demérito quanto a sua masculinidade, caso assuma essa atribuição. A atividade de coleta da mangaba é realizada paralelamente às atividades domésticas e, apesar de complementarem a renda familiar de forma significativa, sua importância ainda é subjugada. A participação do homem se dá através da “ajuda” na comercialização. Interessante pontuar que neste caso, a “ajuda” do homem na atividade representa segurança e responsabilidade para a família. Nesse sentido, mesmo diante de seu papel de geração de renda, o trabalho da mulher é considerado como secundário no sustento da família. Fato que alimenta estereótipos da divisão de gêneros e contribui para a invisibilização do trabalho da mulher.

A pesquisa de Lopes, Medeiros e Tecchio (2020) dialogam com outra perspectiva do papel das mulheres nos territórios rurais. Atribuem certo protagonismo às mulheres que em função da renda adquirida a partir do Programa Bolsa Família, assumem o papel de gestora familiar de recursos econômicos. Essas mulheres que têm dupla jornada, doméstica e na produção agrícola, enquanto responsável gestora do benefício, passam a ter autonomia na gestão de suas vidas, apresentam mudanças materiais por poderem fazer



aquisições de eletrodomésticos que ajudam na complementação de renda e no bem estar da família. Prioritariamente utilizam o recurso para garantir segurança alimentar, porém, também utilizam no fomento a atividades produtivas, como por exemplo na aquisição de alimentos e pagamentos para os “convidados”, trabalhadores que realizam trabalho coletivo da roça. Dessa forma, a organização econômica possibilita ampliar a produção familiar e conseqüentemente, melhorar a renda e atribuindo maior visibilidade da atuação estratégica na produção agrícola familiar.

Pombo e Fares (2018) no artigo titulado “Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura” não são explícitos nas categorias levantadas, pois o objeto do estudo disserta sobre outros elementos, entretanto o papel das mulheres, enquanto personagem secundário foi destacado por trazerem elementos fundamentais para a pesquisa. Podemos identificar que mesmo diante das multitarefas assumidas pela mulher e sua importância na complementação de renda familiar, a invisibilidade ainda é marcante. Um dos fatores que contribuem para esse cenário é a forte presença do patriarcado, onde evidenciam a essencialidade da mulher para dar suporte à atividade dos homens na atuação de vaqueiros, já que compete a elas os cuidados destinados com a estrutura de organização da atividade dos homens, ainda assim seu papel é invisibilizado na sociedade rural. Além do suporte na atividade masculina, o estudo descreve o desempenho das mulheres na memória oral e nas práticas de cura, reproduzindo importantes sinais nas melhorias de condições de vida no campo.

Os artigos trazem de forma geral casos de mulheres que são invisibilizadas em função do patriarcado, da pluriatividade, trabalho pulverizado e sem reconhecimento. Relatam que enquanto algumas mulheres encontram-se em processo inicial de empoderamento e autonomia, outras estão organizadas para além do núcleo familiar e percebem valorização em seu trabalho. Atestamos que com o trabalho coletivo estruturado, elas conseguem romper com as amarras do patriarcado e colocar seu trabalho de forma visível para a comunidade, sendo valorizadas e tendo o empoderamento político como uma ferramenta vital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão dos artigos da revista “*Agricultura Familiar, pesquisa, formação e desenvolvimento*” que abordaram manejo coletivo dos recursos, inserção de políticas



públicas e participação efetiva das mulheres apontou uma diversidade de estratégias que otimizam as relações presentes no espaço rural com características que vinculam o trabalho na terra à elementos da identidade e diversidade presente nos territórios.

Considerando a diversidade de articulações entre os sujeitos sociais que estiveram presentes nos estudos, foi possível perceber que nos artigos relacionados ao manejo de recursos a vinculação com o Estado se fez presente de maneira significativa, mesmo com o enfraquecimento de determinados aspectos. A partir disso, vimos que as políticas e projetos sociais de cunho governamental mostravam disparidades no quesito relação (comunicação) entre instituição e grupo social, pois o primeiro culminava para projetos que não contemplavam de fato a realidade do grupo. Em contraponto os sujeitos sociais das Resex e demais territórios buscavam pela democratização da terra e da efetiva participação social na organização e preservação da biodiversidade.

Nesse sentido, apontavam falhas desde o planejamento até a execução de projetos e acordos de preservação, muitas vezes pensados por técnicos do IBAMA e ICMBio. Por isso, pescadores, agricultores e extrativistas, partiam de um movimento de cunho social e ambiental voltados ao manejo dos recursos pesqueiros e florestais, no intuito de apresentarem ao Estado critérios de participação eficiente nas formas de organização coletiva. É perceptível que as fragilidades são muito semelhantes, o estabelecimento da cogestão enfrenta crises por não ter algumas definições claras de quem pode efetivamente fiscalizar. Não existe uma estratégia de negociação formada e a repreensão em casos de descumprimento de regras sejam elas internas ou advindos de acordos formalizados.

No que se refere às pesquisas que tratam acerca das políticas públicas para os territórios rurais, as pesquisas apontam para a necessidade de grande engajamento dos atores sociais envolvidos nos arranjos institucionais por meio de associações. No bojo dessas discussões as pesquisas destacam também o papel do poder público no sentido de promoção de estratégias de assessoramento aos agricultores familiares para que estes consigam acessar mercados institucionais, por meio dos programas governamentais como o PNAE, PAA, PRONAF, dentre outros. Nesse sentido, evidencia-se a importância de pesquisas que articulem conhecimentos acerca da agricultura familiar a partir de dinâmicas multidimensionais.

No que se refere às pesquisas que abordam a participação das mulheres na organização do trabalho nos territórios rurais, as pesquisas analisadas auxiliam a



compreender que o trabalho é marcado pela pluriatividade, onde a mulher ao mesmo tempo em que exerce atividades no espaço doméstico, envolvem-se em outras atividades. No entanto, ainda enfrentam as diferentes marcas da invisibilização nos espaços produtivos, mesmo quando integram atividades majoritariamente masculinas. Dentre as marcas da invisibilização do trabalho, as pesquisas convergem para a compreensão que o espaço doméstico não é considerado produtivo, o que marca o papel das mulheres apenas como “ajudantes”. Embora estas tenham tantas habilidades e funções quanto os homens, essa invisibilidade sugere uma marginalização das mulheres no espaço rural. Por isso, os esforços de participação em espaço de discussão e, principalmente, quando organizadas de maneira coletiva, geram empoderamento político e são fundamentais na autonomia dessas mulheres e para a valorização do trabalho para além da simples “ajuda”.

REFERÊNCIAS

ALBALADEJO, Christophe; VEIGA, Iran. Condições e limites da gestão concertada dos recursos naturais a nível local. Reflexões sobre um projeto de manejo florestal na Amazônia Oriental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 3, p. 173-208, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4529>. Acesso em: 15 abr. 2022.

ANDREATA, Tanice *et al.* Efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar sob a perspectiva dos agricultores familiares do município de Panambi-RS. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 135-155, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9749>. Acesso em: 15 abr. 2022.

CASTILHO, Carolina Braz de; SCHNEIDER, Silva Sergio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (org.). **Gêneros e gerações em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/AWAW2/Downloads/genero%20e%20gera-o%20em%20contextos%20rurais.pdf>. Acesso em 26 abr. 2022.

FEENY, David; BERKES, Fikret; MCCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A



tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira.
In: DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro C. (org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001, p. 17-42. Original: 1990. Disponível em: <http://www.bibliotecadocomum.org/files/original/a873a44977f1ac8d53b5fce6aa7912f1.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

FERREIRA, N. S. A. Pesquisas denominadas estado da arte. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.23, n. 79, p. 257-274, ago. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>.

FERREIRA, Vilson Tadei Brito; MANESCHY, Maria Cristina; RIBEIRO, Tânia Guimarães. A dinâmica da pesca em território de uso comum: o problema do manejo nas reservas extrativistas marinhas. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 11, n. 2, p. 49-56, 2017. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/issue/view/280/showToc>. Acesso em: 17 abr. 2022.

GADOTT, Moacir. Prefácio. Um olhar sobre gênero e meio ambiente. *In:* CASTRO, Mary; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. 2. ed. [s.l.]: Cortez editora. 2005. Disponível em file:///C:/Users/AWAW2/Downloads/MARY%20GARCIA%20CASTRO%20E%20MIRIAM%20ABRAMOVAY%20-%20G%3%8ANERO%20E%20MEIO%20AMBIENTE%20%20(1).pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

GHIZELINI, André Michelato; ARAGUÃO, Lucas. Campesinato e Agricultura familiar: divergências e convergências para o reconhecimento e fortalecimento da agricultura de base familiar. **Sinais Revista de Ciências Sociais**, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 1 n. 23, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/28030>.

LOPES, Marcelo Rodrigues; MEDEIROS, Monique e TECCHIO, Andréia. Bolsa Família e a construção das capabilities entre agricultoras familiares quilombolas do Baixo Tocantins, Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém. v. 14, n. 2. p. 86-106. jul-dez 2020. Disponível em: <https://>



periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9255/6993. Acesso em: 21 abr. 2022.

MENDES, Rejane Beatriz; ASSIS, Renato Linhares de. Estratégias de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar: estudo de caso em Cocais, no município de Barão dos Cocais–MG. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 1, p. 62-82, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/7353>.

MOTA, Dalva Maria da; SCHIMTZ, Heribert; JÚNIOR, Josué Francisco da Silva; FERNANDES, Thiara. Divisão social do trabalho no extrativismo de mangaba no nordeste e norte do Brasil. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém. n. 5/8, 2005/2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4471/4231>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MOTA, Juliana Santos; SILVA, Daniele Wagner; PAULETTO, Daniela. A inserção de produtos da Sociobiodiversidade na alimentação escolar no município de Santarém, PA. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 92-114, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9815>.

NETO, Manuel Amaral. Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: considerações sobre participação e valorização de saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 4, n. 4, p. 139-164, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4493>. Acesso em: 15 abr. 2022.

OLIVEIRA, Maria Suzane Lavareda; SANTOS SILVA, Luís Mauro. Impactos do PRONAF na sustentabilidade de agroecossistemas familiares da comunidade quilombola Nova Betel, Tomé Açu–Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 13, n. 2, p. 57-80, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8709>.



OSTROM, Elinor. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1990. 280p.

PINHEIRO, José Bruno Santos *et al.* O plano de uso e o modo de vida na Reserva Extrativista Mapuá, município de Breves–Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 43-54, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/5511>. Acesso em: 17 abr. 2022.

PINTO, José Ribamar da Silva. Análise de incentivos institucionais no manejo de fauna silvestre: o caso do “projeto pé-de-pincha” no Nordeste do Estado do Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 4, n. 4, p. 165-184, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4494>. Acesso em: 17 abr. 2022.

POMBO, Délcia Pereira e FARES, Josebel Akel. Vozes femininas no universo marajoara: experiências de vida em situações de cura. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém. v. 12, n. 1. p. 95 -110. jan-jun 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/6080>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PONTES, Maria Cristina Cordeiro Lopes, STEWARD, Angela May. Invisibilidade da pluriatividade da mulher quilombola: o caso de MojuMiri. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém. v. 13, n. 2. p. 186-207. jul-dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8715/6226>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. Babaçu livro e roça orgânica: a experiência das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão na busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Interdisciplinaridade para a compreensão da complexidade da Agricultura Familiar. Belém. v. 4, n. 4, 2004. Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/>



[index.php/agriculturafamiliar/article/view/4497](https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4497). Acesso em: 21 abr. 2022.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, p. 37-50, set./dez. 2006.

SABOURIN, Eric; DA SILVA, Pedro Carlos Gama; CARON, Patrick. Inovação institucional, planejamento municipal e organização dos produtores no Nordeste brasileiro: análise comparativa de três experiências. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/4552>.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SILVA JÚNIOR, Josué Francisco. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2., p. 273-293, jul.-dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/Fg4RLDLDCRFXZTckdqmT4bq/?lang=pt> . Acesso em 21 abr. 2022.

SILVA, Adrielly Albuquerque; STEWARD, Angela May. A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará. **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**. Belém-PA. v .13, n. 2. p. 208-229. jul-dez 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/8716>. Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, Isameriliam Rosalem Pereira da *et al.* Alimentação escolar e agricultura familiar: limitações e potencialidades de sua operacionalização no nordeste paraense. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 1, p. 75-91, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9193>.

SILVA, Luis Mauro Santos; MARTINS, Sérgio Roberto. Impactos das limitações epistêmicas sobre sustentabilidade nas ações do PRONAF na porção sudeste do Pará. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 5-8, p. 7-28,



2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agricultorafamiliar/article/view/4469>.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no Território Médio Jequitinhonha – MG.** Texto para discussão nº 1693. Brasília: (IPEA), 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1013/1/td_1693.pdf.

TAVARES, Francinei Bentes; DIAS, Sara Corrêa. Conflitos em torno da emergência de inovações sócio-organizacionais: o caso do acordo de pesca na comunidade ribeirinha de Pacuí de baixo (Cametá-Pa). **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 10, p. 87-100, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agricultorafamiliar/article/view/4433> Acesso em: 16 abr. 2022.

WIENKE, Felipe Franz. A noção de agricultores familiares no direito Brasileiro: uma conceituação em torno de elementos socioeconômicos e culturais. **Juris**, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, v. 27, n. 1, p – 225 – 245. 2017.